

PLANO DE GOVERNO

Coligação Novas Ideias

PTB, PR, SDD, PSC, PT do B, PRP

Introdução

PORTO ALEGRE 250 ANOS, DA CIDADE QUE TEMOS A CIDADE QUE QUEREMOS.

Porto Alegre se aproxima da comemoração dos seus 250 anos no ano de 2022 chegaremos a essa data histórica e a cidade precisa estar preparada para os novos desafios que já se desenharam em nosso horizonte.

E o momento para começarmos essa mudança é exatamente as eleições de 2016. É agora que decidiremos como começar a construir a cidade que teremos em 2022. Com esse foco o PTB vem debatendo o projeto de cidade que queremos.

Temas importantes surgiram nesse debate, tais como: Integração Metropolitana; o planejamento urbano; o papel do município na prevenção e combate à violência urbana e a preparação da cidade para o envelhecimento da população; temas estes que são centrais para um governo que quer preparar a cidade para o futuro.

Dentro deste contexto, precisamos desenvolver a ideia de uma Porto Alegre inovadora, participativa e colaborativa, desenvolvendo projetos e programas relacionados à melhoria da infraestrutura urbana, às questões sociais e a inovação tecnológica, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social dos seus cidadãos.

Buscamos uma cidade resiliente, atenta aos problemas e dificuldades do cotidiano dos cidadãos, com capacidade de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de qualquer intempérie, seja ela climática, econômica ou social.

Para isso, se definiu três grandes ideias alavancadoras da cidade que queremos e que são norteadoras do Plano de Governo da Coligação novas ideias quais sejam: uma cidade mais segura, mais moderna e mais colaborativa.

A publicidade e a divulgação do Plano de Governo da Coligação

Novas Ideias decorre da intenção de apresentar a cidade de Porto Alegre um referencial de prioridades e ações a serem assumidas como compromisso da coligação, compondo uma imagem nítida e identificável do Modelo de Gestão a ser estabelecido no âmbito municipal.

A elaboração dessas Diretrizes de Governo agrega conceitos técnicos aos princípios e à ideologia partidária tornando a gestão mais inovadora e moderna.

Neste sentido, organizamos o Plano de Governo em quatro eixos temáticos (gestão e participação, desenvolvimento econômico, social e urbano ambiental). Cada eixo temático está subdividido em diretrizes que serão colocadas em prática de acordo com as condições e realidade da Prefeitura a ser enfrentada pelo futuro prefeito.

É importante ressaltar que este documento não tem a pretensão de esgotar todas as ações de Governo mas sim ser um instrumento norteador onde a participação de todo o cidadão porto-alegrense será importante para construção da nova gestão.

1 - EIXO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

Do ponto de vista da gestão é preciso seguir investindo em iniciativas que aumentem a eficiência e eficácia da gestão. O PTB tem muita participação em órgãos de gestão no município, como a iniciativa de instituir o Orçamento por Programas, que permitiu ao município ampliar muito o monitoramento do governo, tornando-o mais ágil e eficiente para a tomada de decisões.

No tema participação popular a cidade é referência no mundo inteiro por conta do orçamento participativo, a Coligação pretende ampliar a participação dos cidadãos e aperfeiçoar os mecanismos de controle e destinação dos recursos.

DIRETRIZES DO EIXO GESTÃO E PARTICIPAÇÃO:

1.Revisão do modelo de Gestão da PMPA.

Estabelecer cronograma de funcionamento mensal, para gestão e

comparações do realizado X metas.

Ter uma única fonte de dados e informações para comparações de desempenho que servirá de base mensal e acumulado do exercício fiscal e da gestão instalada.

Medir cada área ou órgão detalhadamente, periodicamente, como fonte única para a gestão municipal organizado pela Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamentário (SMPEO).

2.Sucessão de carreira e Plano de Carreira do servidor da PMPA.

Elaborar plano de sucessão e retomar o Plano de Carreira, projetos complementares e que devem ser integrados, considerando todas as peculiaridades, valorizando os servidores e criando oportunidade favorável à "meritocracia".

Desenvolver plano de ação em áreas estratégicas que deverão ser ocupadas por meio de programa de desenvolvimento das competências das lideranças.

Garantir o sucesso de continuidade dos serviços, sem prejuízos e risco de paralisação.

Assegurar a transparência e a divulgação do processo de transição para garantir os resultados previstos e elaborados no Plano de Governo.

Otimizar os recursos e a retenção de funcionários para o sucesso competitivo e para evitar rotatividade que é uma constante limitação ao crescimento organizacional.

Tratar o capital intelectual dos servidores como um importantíssimo ativo organizacional.

3.Racionalização das Secretarias da PMPA.

Identificar áreas fim e áreas meio da PMPA e racionalizar, reorganizar e reposicionar cada área, agrupando-as conforme seus objetos mais comuns.

4.Contingenciamento de custos.

Mapear os custos e despesas de cada área, secretarias, órgãos,

colocando-se os valores, número de colaboradores e as verbas do orçamento do município.

Separar Custos e despesas fixas e os custos e despesas variáveis por centro de custos.

Separar despesas com pessoal, encargos, verbas da área de pessoal, benefícios de área de pessoal e despesas de funcionamento.

Consolidar o mapeamento de despesas e custos por áreas e tipos.

Separar e identificar nas áreas, órgãos, secretárias as suas despesas e receitas individuais.

Confrontar receitas, custos e despesas com resultado, obedecendo a metodologia estabelecida pelo governo e desenvolvendo o conceito de Unidade Estratégica de Negócios de todas as áreas da PMPA.

5.Fortalecimento do Orçamento Participativo.

Realizar assembleias anuais.

Ordenar cada ano por tema como obras de infraestrutura, intercalada com demandas da Área Social.

Destinar os recursos para investimentos do exercício da seguinte forma: 50% para pagamento de demandas novas; e 50% para pagamento do passivo (demandas antigas), isto sempre consultando às Regiões e temáticas, para identificar como, e quais demandas a serem atendidas.

Criar formas para atrair novos participantes, com atenção especial para jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Capacitar os atores sociais e gestores governamentais usando como fonte de informação da cidade o OBSERVA POA e fortalecendo o projeto de capacitação de lideranças e atores sociais.

6.Estímulos aos fundos sociais.

Divulgar as ações realizadas pelo Município no que tange aos Conselhos Municipais do idoso e da criança e do adolescente.

Realizar Campanhas de fidelização certificando contribuintes que destinam parte do IR para os fundos públicos, através de eventos comemorativos como a Semana da Criança e do Adolescente, Mês do Idoso

e aniversário da Cidade.

Renovar parcerias com a Federação das Indústrias do RS, através do Conselho de Cidadania.

Trazer novos atores representativos para compor e qualificar os Conselhos municipais.

Abrir espaços nas Fundações e Institutos de grandes empresas e pessoas representativas da sociedade, através dos conselhos setoriais para instituições como a OAB-RS, CRC-RS, Defensoria Pública e outros.

7.Fortalecimento dos Conselhos Municipais.

Formar e aperfeiçoar conselheiros municipais fortalecendo e consolidando os mecanismos de participação social nos Conselhos da Cidade.

Fortalecer e aperfeiçoar os conselhos municipais na cidade, por meio de cursos de capacitação, para a sua consolidação e fortalecimento através dos atores sociais.

Desenvolver novas campanhas e ações com vistas a melhorar o funcionamento e a efetividade das suas ações no âmbito do município sendo necessário a revitalização de cada um dos 26 conselhos.

2 - EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A proposta da Coligação a ser aplicada no Município está voltada ao desenvolvimento de medidas necessárias para promover e impulsionar a economia local, com o objetivo de reverter à curva de desemprego e auxiliar na retomada do desenvolvimento econômico e sustentável.

Este modelo pretende melhorar a qualidade do trabalho, garantindo o respeito as normas, capacitando à população desempregada e promovendo a recuperação do emprego e da economia local.

A Coligação Novas Ideias pretende implementar uma nova proposta de desenvolvimento econômico para Porto Alegre, baseada nas atividades de Investigação e Desenvolvimento com Inovação (I&D+i), de modo a proceder à necessária reconversão das atividades produtivas em criadoras

de maior valor promovendo ações que incentive setores da economia gerando sinergias entre os centros pesquisa, o trabalho criativo/colaborativo desenvolvido de forma sistemática e a comunidade empresarial.

Esta proposta tem o objetivo de aumentar a base de conhecimento e o uso deste para criar novos produtos e procedimentos a fim de favorecer os verdadeiros geradores emprego aproveitando as oportunidades e o espaços oferecidos em nossa cidade, elevando a autoestima e nível de satisfação do cidadão, utilizando as ferramentas disponíveis na administração pública municipal como tributação, decretos, regulamentos, intervenções no espaço urbano, entre outros para atender a esta proposta.

DIRETRIZES DO EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

1. Gerar emprego digno e equitativo.

Implementar políticas de formação eficientes para o emprego investindo na formação de capital intelectual como insumo primário.

Desenvolver um observatório para a detecção e prospecção das tendências e da necessidade de trabalho, por setor da economia e através de canais de comunicação contínua entre as empresas e agências de emprego para ajustar a capacitação as exigências do mercado profissional.

Incentivar a geração de empregos de qualidade em termos de equidade e dignidade com a eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação, fortalecendo o diálogo e a proteção social.

Propor políticas abrangentes para a melhoria das condições de trabalho em parceria com o empregador como ferramenta para melhorar a qualidade dos funcionários e da produtividade.

2. Apoiar a economia social de mercado, a atividade autônoma e os pequenos negócios.

Apoiar as iniciativas que realmente criarem postos de trabalho com fomento a uma nova economia solidária e colaborativa baseada na

cooperação e no consenso mais do que na competição e que visa promover o bem-estar para todos aliado ao crescimento econômico sustentável.

Incentivar e promover o desenvolvimento de planos de negócios e outras ferramentas de planejamento estratégico voltada para a cadeia produtiva de toda a cidade respeitando as características de cada local.

Promover a cooperação empresarial como forma de fortalecer as iniciativas e criar sinergias, aumentando a produtividade e proporcionando o acesso a novos mercados.

Apoiar, facilitar a criação das redes de incubadoras de empresas objetivando promover o desenvolvimento integrado entre as Empresas Inovadoras, Incubadoras de Empresas em operação (Cietec), Parques Tecnológicos (Tecnopuc) e Programas de Incubação que venham a ser criados no município, atuando em prol do desenvolvimento social e econômico da Cidade.

Promover a utilização produtiva dos espaços e infraestruturas já existentes, vazios ou subutilizados (quarto distrito, distrito industrial da restinga) para o desenvolvimento projetos produtivos da economia criativa, colaborativa e solidária bem como de projetos de empreendedores autônomos.

Desenvolver medidas de apoio às cooperativas e associações vinculadas ao agronegócio nas zonas rurais da cidade e promover o desenvolvimento comunitário incentivando a criação de polos criativos em zonas residenciais, através de recursos financeiros oriundos do microcrédito fortalecendo as economias locais.

3. Desburocratizar a implementação de atividades produtivas

Simplificar os processos e procedimentos administrativos necessários para abertura e instalação de empresas a fim de facilitar a sua criação, em especial as micros e pequenas, centralizando em um só lugar os procedimentos necessários para sua abertura com o objetivo de diminuir os tempos de registro.

Conceder as empresas de tecnologia, as microempresas e aos empreendedores autônomos vantagens em sua relação com o município

em taxas, licenças, contratos e etc.

Articular com as instituições financeiras, a garantia de financiamentos para fortalecer o capital inicial das pequenas empresas e facilitar o seu desenvolvimento nos primeiros anos, reduzindo o custo de financiamento através da assistência financeira e na busca do microcrédito.

Estabelecer uma política constante de atração de investimentos estrangeiros com os critérios de responsabilidade social em coordenação com os organismos existentes e destacando a vantagem competitiva, logística de infraestrutura de Porto Alegre (aeroporto, rodovias e porto) e mão de obra qualificada.

4. Incentivar os setores orientados para o desenvolvimento econômico sustentável

Adequar a legislação municipal as necessidades de desenvolvimento das micro e pequenas empresas bem como do trabalho autônomo através de sistemas colaborativos que facilitem a execução de trabalhos em grupos, incentivando, por exemplo, a implementação do comércio eletrônico (e-commerce) e organizando a reconversão de espaços.

Incentivar a atividade econômica em bairros residenciais e promover a reconversão e reestruturação de espaços produtivos degradados e subutilizados com base em um diagnóstico da situação atual projetando as possibilidades do uso do solo em áreas urbanizadas, com foco na concepção de um polo tecnológico que aproveite estes espaços da cidade, cuja infraestrutura já é existente.

5. INOVAR: Desenvolver linhas estratégicas de novos tecidos produtivos com respeito a vocação de cada região da cidade e as formas de arranjos sociais.

Desenvolver uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico baseado em atividades de Investigação e Desenvolvimento mais Inovação (I&D+i) melhorando a inter-relação entre os centros de investigação e pesquisa (universidades), os novos empreendedores e as

empresas da cidade em especial aqueles relacionados, como a saúde, cultura, educação, ecologia, turismo entre outros.

Articular a sinergia entre o turismo responsável e sustentável e uma nova indústria cultural, com particular referência à pequenas empresas voltadas a economia criativa instaladas nos Polos Criativos.

Instituir um plano de fomento aos serviços turísticos, com programas de formação específica, para o turismo de negócios, cultural e rural, rever e melhorar os critérios de hospitalidade de qualidade, alojamento, transporte e do emprego.

Desenvolver a rede de inovação e cooperação empresarial promovendo a colaboração entre as universidades e as iniciativas empreendedoras, favorecendo a incorporação do jovem pesquisador nas empresas e assim retendo os talentos formados nas universidades de Porto Alegre na cidade.

Promover o desenvolvimento de talentos através da criação de uma rede de espaços multifuncional para interação e troca criativa de empreendimentos inovadores (polos criativos), gerando sinergia entre os muitos centros pesquisa existentes em Porto Alegre as empresas e a administração para implementar a inovação através do trabalho em redes potencializando a formação do novo tecido produtivo.

Fortalecer o projeto 4D (Quarto Distrito)

6.Privilegiar a logística dos modais pela localização e novas formas de arranjos sociais.

Articular de forma planejada a aproximação funcional e operacional de todos os agentes que compõem a cadeia econômica local (universidades, escritórios governamentais, centros de inovação, empresas, hospitais, jovens empreendedores...), potencializando a cooperação e a troca entre universidade-empresa.

Incentivar a produção de atividades sustentáveis com alto conteúdo tecnológico, auxiliando na captação de recursos, facilitando instalação de atividades produtivas formais e promovendo parcerias para construção ou melhoria de espaços adequados para o desenvolvimento.

Melhorar a infraestrutura dos espaços de produção, promovendo a reconversão das áreas já consolidadas no zoneamento urbano, melhorando a acessibilidade, permitindo a locomoção a pé, bicicleta, carros e transportes públicos, adequando as vias e reservando espaços para logística, lazer e áreas verdes, permitindo, também, uma convivência harmônica e complementar com outros usos (residencial, comercial, de lazer, etc.).

Incentivar através incubadoras locais a construção de redes de empreendimentos econômicos solidários em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do assessoramento técnico.

Apoiar a implantação de arranjos produtivos locais (APLs) definidas como aglomerações de empreendimentos de um mesmo ramo em bairros, promovendo a descentralização da oferta de empregos articulando a interação, cooperação e o aprendizado entre si e com os demais atores locais - governo, instituições de pesquisa, de ensino e crédito.

Potencializar os modais locais através da valorização do potencial logístico da cidade.

7. Uma cidade mais moderna com segurança para empreender e trabalhar.

Um cidade moderna exige respeito à economia local que deve se adaptar às novas realidades econômicas e tecnológicas para desenvolver com qualidade e capacidade de geração de emprego o seu futuro, tendo como ferramentas a criatividade, a inovação e nas novas tecnologias.

Transformar Porto Alegre em Cidade Laboratório aproveitando os espaços do 4º Distrito projeto que está sendo iniciado pela atual gestão e que pretende transformar essa região em um polo de economia criativa atraindo empresas de alta tecnologia para a cidade. Esse trabalho já conta com a decisão das grandes universidades da cidade em instalar seus polos de tecnologia naquele local. O objetivo é ampliar o potencial de desenvolvimento da região oferecendo a cidade para ser um laboratório gratuito onde as empresas possam experimentar os produtos tecnológicos em desenvolvimento aqui e em contrapartida a cidade receberá de forma

gratuita a instalação de tecnologias de ponta.

Criar um ambiente adequado para atração de novos investimentos. Não é razoável que em uma cidade como Porto Alegre um empreendimento leve mais de 400 dias para obter todas as licenças necessárias para sua instalação para tanto será Implantado um órgão de licenciamento municipal que realmente concentre todas as instâncias necessárias para a liberação do empreendimento.

3 - EIXO SOCIAL

No novo ordenamento institucional brasileiro, os governos locais têm papel cada vez mais relevante na construção de um modelo de desenvolvimento com equidade social. Passou a ser competência dos municípios a realização de políticas sociais e, por extensão, a função de garantir os direitos sociais dos cidadãos.

A norma constitucional atribuiu aos municípios a responsabilidade das políticas públicas de assistência social, de saúde e a manutenção de programas de educação infantil e de ensino fundamental, não elidindo as demais responsabilidades do administrador local, no papel de gestor da promoção do desenvolvimento humano.

A Coligação reconhece os direitos sociais dos cidadãos e pautando sua gestão na prestação universal dos serviços de educação, saúde e assistência social, conjugados com o incentivo permanente à geração de trabalho e renda.

DIRETRIZES DO EIXO SOCIAL:

1. Implantar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 0 a 6 anos e ampliar o serviço 07 a 60 anos.

Promover o fortalecimento de vínculos às famílias.

Universalizaremos as atividades de contra turno escolar. Hoje quase 100% das crianças e adolescentes em idade escolar são matriculadas na rede estadual ou municipal de ensino. Com essa informação podemos

saber quantos são e onde estão nossas crianças e adolescentes. Munidos dessa informação usaremos todas as vagas disponíveis de atividades no turno inverso da escola existente e o que faltar financiaremos com a captação de recursos pagos por pessoas físicas e jurídicas no Imposto de Renda e que poderiam ser direcionados para projetos sociais na cidade e vão direto para o caixa do Governo Federal e não voltam.

Estima-se que quase 500 milhões de reais poderiam ficar aqui e empresários e cidadãos não direcionam para projetos sociais no momento de declarar o imposto de renda. Toda criança matriculada em escola pública da cidade terá no mínimo 4 turnos de atividades com estímulo a pesquisas científicas, culturais ou esportivas por semana e lá receberão orientações de como conviver em sociedade, preparação para o mundo do trabalho, formação pessoal e até profissional com a oferta de bolsas remuneradas aos adolescentes.

Contribuir para a formulação de uma cultura de envelhecimento ativo, saudável e autônomo assegurando um espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária. Identificar as necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida, propiciando vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários.

Melhorar o acesso da população a serviços de atenção básica com qualidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica, garantindo o acesso sem ordem de chegada (antigas fichas) para o acolhimento com identificação de necessidades (ou seja, pautado pelo princípio da equidade). Para tanto é necessário estabelecer horário estendido para serviços da atenção básica até as 20 horas em cada região de saúde, sendo avaliado a extensão do horário ou manutenção conforme necessidade e condição epidemiológica da região.

2.Fortalecer a rede de atendimento à população em situação de rua.

Implantar novos serviços de Consultório na Rua vinculados a profissionais Redutores de Danos que atendam essa população.

Reordenar a rede de Albergagem.

Transversalidade das ações, com equipes de atendimento multidisciplinares na abordagem social e na rede de abrigagem.

3.Ampliar o Programa Melhor em Casa.

Melhorar e ampliar a assistência no SUS a pacientes com agravos de saúde, que possam receber atendimento em casa e assim reduzir as reinternações hospitalares das pessoas deixando-as mais tempo no convívio de sua casa e família, bem com reduzir a superlotação das portas de emergências dos hospitais e pronto atendimentos.

Agilizar a recuperação de pacientes de cirurgias que poderão ser atendidos em casa, e terão redução dos riscos de contaminação e infecção.

Aproximar o paciente do bem-estar, carinho e atenção da família aliados à adequada assistência médica são elementos importantes para a recuperação de doenças e redução da lotação dos leitos hospitalares.

4. Desenvolver estratégias de atenção básica em Práticas Integrativas e Complementares

As terapias complementares são temas de cada vez mais estudos e estão invadindo centros médicos no Brasil e no mundo, onde o objetivo deste plano é desenvolver uma estratégia de implantação destas práticas em postos de saúde pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. A Medicina Integrativa como o próprio nome já refere não substitui as práticas tradicionais mas sim integra o tratamento baseado em evidência com métodos que, em vez de focar num problema específico, buscam tratar o corpo como um todo prevenido a doenças e evitando que o cidadão tenha que acessar o sistema de saúde.

5. Implantar as Motolâncias no atendimento de emergências.

Ampliar e agilizar as equipes de atendimento de emergências com serviços de motolância que podem chegar, em média, de 3 (três) a 5 (cinco) minutos antes das equipes da ambulância, tempo suficiente para definir a manutenção de uma vida.

Implantação das Motolâncias na Rede Samu 192 de Porto Alegre mediante criação do cargo de Motossocorrista, vinculado à Secretaria de Saúde – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Reduzir a morbimortalidade tanto em eventos decorrentes de trauma quanto de causas clínicas, em decorrência do atendimento pré-hospitalar com menor tempo resposta.

Diminuir as sequelas, as complicações com menor o tempo de internação e menor o custo total do tratamento. Também costumam ser menores o tempo de reabilitação e o custo desta etapa.

7. Ampliar a participação do município na construção de uma cidade Mais Segura. Ações de apoio no combate a violência urbana.

Policiamento Ostensivo: dos quase 600 Guardas Municipais existentes na Prefeitura boa parte do efetivo faz guarda patrimonial como por exemplo acontece nas 98 escolas municipais. Substituiremos esse efetivo por guarda privada e colocaremos o efetivo da Guarda Municipal em locais de grande circulação como Praças, Parques e viadutos. Criação do Fundo Municipal para a segurança pública que possa receber recursos públicos e privados para pagamento de horas extras e equipamentos. Proporemos a Brigada Militar um convênio para que pequenos empresários e cidadãos possam aportar recursos nesse fundo para financiar o aumento do efetivo da BM na sua região de interesse através do pagamento de horas-extras e equipamentos.

Inteligência: Transformaremos o CEIC (Centro Integrado de Comando do Município) em uma central de inteligência. Colocaremos a disposição dos órgãos estaduais de segurança toda a estrutura do município que eles entendam que possa ter alguma interface com a

segurança. O Prefeito Municipal comandara uma reunião mensal de avaliação e deliberação com a participação dos órgãos de segurança do estado e os órgãos municipais. Orientaremos os agentes da EPTC para que se integrem a essa rede de inteligência para informarem situações estranhas e acompanhem ocorrências informadas pela Brigada Militar e Polícia Civil. Orientaremos os cidadãos e empresas para que adaptem sua tecnologia de câmeras de vigilância a uma tecnologia capaz de ser conectada ao sistema de vigilância municipal, assim ampliaremos sem custos os “olhos” do poder público na cidade.

8. Aplicativo Cidadão:

Desenvolver um aplicativo que possa oferecer os mais diversos serviços para o cidadão da cidade. Nele será possível fazer pedido de qualquer serviço da cidade e acompanhar seu andamento, ter orientações de trânsito em tempo real, acompanhar em tempo real o tempo de deslocamento de sua linha de ônibus e até o tempo que levará até seu destino além de calcular o tempo de espera na parada de ônibus. Esse aplicativo funcionará até mesmo com um BOTÃO DE PÂNICO virtual, podendo acionar com um toque os órgãos de segurança através da central criada no Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre (CEIC).

9. Prevenção:

Universalizaremos as atividades de contra turno escolar. Hoje quase 100% das crianças em idade escolar são matriculadas na rede estadual ou municipal de ensino. Com essa informação podemos saber quantos são e onde estão nossas crianças e adolescentes. Munidos dessa informação usaremos todas as vagas disponíveis de atividades no turno inverso da escola existentes e o que faltar financiaremos com a captação de recursos pagos por pessoas físicas e jurídicas no Imposto de Renda que poderiam ser direcionados para projetos sociais na cidade e vão direto para o caixa do Governo Federal e não voltam.

Estima-se que quase 500 milhões de reais poderiam ficar aqui e empresários e cidadãos não direcionam para projetos sociais no momento

de declarar o imposto de renda. Toda criança matriculada em escola pública da cidade terá no mínimo 4 turnos de atividades culturais ou esportivas por semana e lá receberão orientações de como conviver em sociedade, preparação para o mundo do trabalho, formação pessoal e até profissional.

10.Educação fundamental.

Priorizar a educação qualificando o ensino, reduzindo o insucesso escolar com a melhoria do IDEB e combatendo a evasão escolar.

Estabelecer um padrão de excelência no ensino fundamental, baseado na gestão de uma política pública de ensino com gestores públicos capacitados, que tenham o olhar voltado para a qualidade do ensino, em especial aos componentes básicos do currículo (português, matemática), com foco no aprendizado eficiente e melhora no IDEB da rede municipal.

11.Educação infantil.

Ampliar e qualificar o atendimento em creches e pré-escolas, proporcionando um ambiente adequado para o desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de vida.

Integrar a educação infantil como uma etapa educativa e não apenas assistencial.

Estender o horário de creches municipais e conveniadas com o Município de Porto Alegre, a fim de atender os filhos de mães trabalhadoras em horários alternativos.

12.Educação inclusiva.

Educação Inclusiva: Para efetivar um sistema educacional inclusivo é necessário formar um grupo especializado de orientadores educacionais ou professores tutores, que auxiliem o professor da classe a acompanhar o trabalho da criança e do adolescente com necessidades educativas especiais, para ajudá-lo, tendo como eixo da política inclusiva o convívio com as diferenças no dia a dia das salas de aula.

13.Educar para o professor.

Estabelecer uma política eficiente de capacitação continuada que motive e qualifique os professores da rede pública municipal de ensino, apoiando-os em novas tecnologias, para uma prática mais efetiva no processo de aprendizagem.

Valorizar os profissionais da educação com a análise e revisão dos Planos de Cargos e Salários.

14.Educar para a família.

Desenvolver atividades que promovam a integração entre as escolas, os serviços de saúde, as famílias e a comunidade, aproximando a vida da comunidade às escolas.

Desenvolver ações que aproximem e valorizem a família como referência de unidade familiar e desenvolvimento social.

Aproximar a escola e os serviços de saúde das famílias e da comunidade através de parcerias colaborativas e de inclusão social mostrando a importância da família para o desenvolvimento escolar e da educação dos alunos. Para tanto, deve-se valorizar o papel e a autonomia das instâncias de controle social.

15.Educação, qualificação e trabalho.

Tornar o programa de estágios nos órgãos municipais uma ferramenta de transformação social.

Fomentar o jovem ao empreendedorismo, por meio de parceria da SMJ com SMIC, criando uma linha especial no Programa de Microcrédito, destinando financiamento a projetos de estudantes de baixa renda em fase de formação ou recém formados, em nível técnico, tecnológico ou superior.

Reativar o projeto de Capacitação Digital, direcionando-o para a qualificação e formação de jovens na área da tecnologia da informação, instituindo uma parceria entre a Secretaria Municipal da Juventude e Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Procempa.

Criar iniciativas de transversalidade intersecretarias, entre a

Secretaria Municipal da Juventude como porta de entrada para a busca do jovem e encaminhamento para a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, estabelecendo uma relação do jovem com o mercado de trabalho. Estabelecendo também parcerias com o CIEE, Jovem Aprendiz, Aprendiz Legal, Projeto Pescar

16.Saúde voltada para Juventude.

Ampliar o atendimento do projeto “Fique Sabendo Jovem”, uma unidade móvel equipada com consultórios, em que podem ser realizados testes rápidos para HIV, sífilis e hepatite C, com segurança e privacidade, pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), em parceria com a UNICEF. A proposta é a descentralização da programação do ônibus, levando-o para as comunidades mais distantes e menos favorecidas.

Firmar ação conjunta entre Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e Secretaria Municipal da Juventude (SMJ), para a realização de palestras sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o uso de drogas, contando com a parceria de entidades comunitárias e demais entidades da sociedade civil, além de profissionais da área da saúde

17.Cultura voltada para Juventude.

Ampliar a participação e organização do Festival de Música da Juventude, que já está em sua sexta edição e é realizado pela SMJ, promovendo eliminatórias nas 17 regiões do Orçamento Participativo (OP).

Ampliar o programa de Descentralização da Cultura, incentivando a cultura popular, com o fomento de projetos culturais e sociais voltado para jovens, nas 17 regiões do OP.

Qualificar e ampliar o atendimento no estúdio de gravação de áudio Geraldo Flach (Teatro de Câmara), expandindo a participação de artistas da juventude.

Organizar festivais culturais nas 17 regiões do OP, fomentando o teatro de rua, as artes plásticas, a música, a produção audiovisual, o grafite, dentre as mais diversas formas de cultura popular, praticadas pela juventude e que tratem de temas voltados para a juventude.

Ampliar o projeto Juventude Protegida (palestras nas escolas), que leva a educação, a cultura, o entretenimento e a prevenção, estabelecendo ferramentas que visam a transformação social dos jovens. O projeto visa atrair e conscientizar o jovem por intermédio da cultura e da música.

18.Esporte voltado para a Juventude.

Fomentar a prática esportiva nas escolas, realizando olimpíadas estudantis com seletivas regionais em diferentes áreas do esporte, firmando parcerias com centros esportivos locais.

Por meio de parcerias público privadas (PPP's), ampliar e qualificar os espaços múltiplos para a prática de esportes como pistas de skate, quadras de futsal, basquete e voleibol.

Criação de um programa de incentivo à prática esportiva, por meio de parcerias com escolas de artes marciais para a disponibilização de vagas a jovens de baixa renda.

19.Inclusão de pessoas jovens com deficiência.

Ampliar o número de praças com acesso e equipamentos adaptados para crianças e jovens com deficiência através de parcerias público privadas. Hoje existem apenas duas em Porto Alegre.

Incentivar a inclusão social de crianças e jovens com deficiência e com necessidades educacionais especiais, através de projetos e programas sociais que envolvam cultura, esporte, cidadania e educação, construindo em parceria com a SMJ e outras em conjunto com outros atores sociais.

20.Ações da Secretaria Municipal da Juventude.

Criação de um comitê transversal permanente, coordenado pela Secretaria Municipal da Juventude (SMJ), para a elaboração e o acompanhamento das políticas para a juventude, formado por membros das Secretarias Municipais a serem capacitados em parceria com a Escola de Gestão Pública de Porto Alegre.

Criação de um portal, em parceria com o POA Digital, reunindo informações e oportunidades de qualificação, emprego e entretenimento. A

ideia é reunir em um só espaço digital colaborativo todos os assuntos de interesse da juventude, facilitando o acesso à informação sobre vagas de estágio e emprego, oportunidade de cursos e capacitações, prevenção de doenças e saúde, dicas de segurança, utilização de transporte público, eventos esportivos, eventos gratuitos, agenda cultural e etc.

4 - EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

Neste tema a Coligação utiliza o conceito de desenvolvimento integrado entre as secretarias, desta forma, a temática ambiental e urbana deve fazer parte de preocupações prioritárias da administração acerca do modelo mais adequado de desenvolvimento. Assim, o combate à pobreza, as condições de insalubridade e as formas degradadoras de produção resultam na melhoria da qualidade de vida da população.

Porto Alegre recebe todos os dias quase 700 mil pessoas que entram no início do dia e retornam para os municípios da região metropolitana. Neste Contexto, a Coligação prioriza ações do sistema de transporte pensando no incremento mencionado a partir dos modais integrando os municípios da região metropolitana através de outros modais como Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), metrô, hidrovias e ciclovias.

DIRETRIZES DO EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL:

1.Compilação das legislações.

Compilar as legislações urbanísticas, ambientais e outras para a melhoria do setor de aprovação dando transparência e auxiliando na delimitação de tempo e tramitação de processos.

Divulgar e propiciar intercâmbios com técnicos dessas áreas para esclarecimentos e aprimoramentos das legislações de forma intensiva.

2.Fiscalização efetiva.

Reunindo no mesmo espaço físico todos os agentes de fiscalização

através de alteração de legislação Municipal vigente. Incluindo os procedimentos administrativos pertencentes a própria ação fiscal.

Efetivar o serviço de fiscalização com auxílio da tecnologia.

Desenvolver conceito de gestão integrada.

Fortalecer a própria ação fiscal.

Promover o diálogo intenso com as diversas esferas fiscalizatórias.

Envolver o cidadão no papel de cuidador da cidade.

3. Central de Serviços de Conservação.

Unificar, organizar e gerenciar as demandas dos serviços de conservação do Município que são prestados pelos diversos Órgãos da PMPA: Dmae, Dep, Smov, Dmlu e Smam.

Criação de uma Supervisão Geral e Diretorias, que estarão sediadas em um único local, para que a interlocução e transversalidade entre os Órgãos sejam eficientes e eficazes. Esta Supervisão estará ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

4. Meio ambiente.

Definir o Licenciamento ambiental como prioridade da PMPA.

Agilizar o processo de licença ambiental visto que o município só licencia ambientalmente por delegação através de convênios com o Governo do Estado do RS, cabendo a SMAM tal tarefa.

Alterar o organograma da Supervisão de Meio Ambiente gerando uma única equipe de licenciamento de forma a analisar e vistoriar de forma multidisciplinar os projetos e empreendimentos em foco. Esta ação resultaria em parecer único a ser encaminhado às comissões de aprovação da PMPA.

Compilar a legislação, aportar novos técnicos, implantar sistemas de produtividade e outras tecnologias para agilizar o processo.

5. Serviços ambientais.

Realizar de forma integrada os serviços ambientais de manejo da vegetação (poda, supressão e retirada de troncos), capina e roçada (em

praças e verdes complementares), manutenção de equipamentos (bancos, brinquedos e telamentos) através de gerenciamento e controle centralizado pela PMPA.

Atender através de uma Central de Serviços com atendimento 24 horas os serviços prioritários (em situação de risco) ou emergenciais.

Avaliar a gestão dos cemitérios municipais através de Parcerias Públicas e Privadas (PPP).

Promover os serviços de elaboração de projetos das praças objetivando a urbanização desses espaços (em 2016 teremos 626 praças e somente 53% urbanizadas).

Elaborar cadastro georreferenciado de toda a vegetação pública.

6. Resíduos sólidos.

Reavaliar o acordo de Cooperação Técnica nº ECE 221/2006 entre CGTE, Eletrobras e PMPA/DMLU.

Implantar o Projeto Ecoparque coma utilização de resíduos sólidos na produção de Biogás para a geração de energia elétrica. O projeto contribui para a redução de gases do efeito estufa, liberando créditos no mercado de carbono e o correto gerenciamento dos resíduos, sendo fator de geração de trabalho e renda.

Reavaliar o Contrato de Transporte e Destinação dos resíduos sólidos urbanos de Porto Alegre a Minas do Leão.

7. Eficiência Energética.

Criar e implementar um sistema de iluminação pública mais eficiente que busca o estabelecimento de rotas mais seguras utilizando fontes energias renováveis mais baratas como a energia solar estendendo esse sistema de energia solar em todos os prédios públicos, pois a prefeitura gasta em torno de 100 milhões de reais em energia elétrica por ano.

Hoje diversas organizações internacionais financiam iniciativas de redução do consumo de energia elétrica com recursos dos Fundos de compensação de Carbono, fruto de um esforço mundial para a redução da

emissão de CO2 na atmosfera.

8.Meio urbano.

Eficientizar os serviços de aprovação de projetos através da junção das secretárias de Urbanismo e Edificapoa. Isso possibilitará a concentração física de toda a estrutura de aprovação de projetos, permitindo o monitoramento do tempo de tramitação dos expedientes, desde a entrada até sua liberação.

Viabilizar uma Central de Aprovação de Projetos – CAP, com a participação de todas as secretarias envolvidas no processo (SMOV, EPTC, DEP, DMLU, DMAE, SMC e outras) dentro de uma estrutura única multidisciplinar. CAUGE, CTAAPS, CAADHAP, CTARF serão contempladas dentro da CAP;

A partir da compilação da legislação urbanística e ambiental, o responsável técnico assume a responsabilidade do atendimento dessa legislação. Através de anotação de responsabilidade técnica e assinatura de manual de procedimento específico para esse tipo de aprovação.

9.Regularização Fundiária.

Definir de forma clara a política de Regularização Fundiária do Município.

Mapear áreas a regularizar e as passíveis de regularização.

Promover o congelamento das ocupações com a finalidade de evitar novos adensamentos.

Fiscalizar ações, contratos, o local antes, durante e depois do processo.

Implementar educação ambiental.

Avaliar a possibilidade de emissão de Licença Ambiental única para os casos sem incidência de obras e licença ambiental especial para os casos de incidência com a anexação do cronograma de obras.

Estimular utilização de PPPs.

Estimular e fomentar o Cooperativismo.

Melhorar a eficiência da gestão da carteira hipotecária, com a

finalidade de potencializar a política habitacional vocacionada ao financiamento.

10.Mobilidade Urbana.

Manter e qualificar a proposta existente dos BRTs.

Para desenvolver uma cidade moderna o transporte público precisa ser confiável, seguro e de qualidade e assim, reduzir o número de carros nas ruas e garantir a mobilidade da cidade. Para tanto, será efetivada a Instalação do sistema BRT na cidade onde a tecnologia dará a ele a confiabilidade e qualidade necessária para que o cidadão se sinta confortável para deixar seu carro em casa.

Para alcançar este objetivo o novo veículo da frota vem equipados com sistema GPS, com ele teremos paradas mais inteligentes que informarão quanto tempo o veículo demorará para chegar. Os BRT's também terão integrado um sistema que comunicará com a sinaleira, liberado o sinal verde quando o ônibus se aproximar. Isso dará ao sistema pontualidade de metro.

Viabilizar a integração metropolitana aos modais do sistema de transporte municipal.

Buscar financiamentos para Implantar projeto alternativo ao metro na Av. Assis Brasil como, por exemplo, o sistema VLT.

Buscar Parcerias Público Privadas (PPP) para estudos de deslocamento da Rodoviária para a zona norte da cidade, visando desafogar o Centro Histórico, permitir melhor integração com a região metropolitana e possibilidade de exploração da mobilidade fluvial de transporte.

11. Uma cidade mais colaborativa.

Fiscal Cidadão: Alteraremos as legislações existentes para que o cidadão possa ser um fiscal da cidade. Através do mesmo aplicativo já citado neste texto,o cidadão poderá fotografar, filmar e enviar ao poder público qualquer violação pública. Desde o descarte de lixo irregular até infrações de trânsito o registro via aplicativo terá fé pública necessária

para que seja suficiente com prova para que o município tome as medidas necessárias com o infrator.

Cidadão Legal: O Orçamento Participativo da cidade que fez nossa cidade conhecida em todo o mundo é o maior exemplo de como nossa cidade é colaborativa. Precisamos estimular essa vocação. Formaremos brigadas cidadãs, treinando porto-alegrenses que possam agir em situações extremas mesmo antes do poder público conseguir agir. Desde grandes eventos climáticos até um simples sinal de trânsito apagado, o cidadão orientado pelo poder público pode tomar a iniciativa de ajudar a restabelecer a normalidade. Esse é o princípio das cidades Resilientes.

Parceria Privada: Cada vez mais se consolida na visão dos maiores urbanistas do mundo que o poder público não pode ser o único responsável pela exploração, ocupação e ordenamento do espaço público. É preciso identificar vocações que a iniciativa privada tenha para, prestando algum tipo de serviço público, obter remuneração para que o investimento feito no público seja sustentável e gere algum tipo de benefício direto ou indireto ao privado. Um bom exemplo disso é o mobiliário urbano. É preciso encontrar uma equação para que o privado possa explorar os espaços comerciais de divulgação de marcas em placas de nomes de rua, lixeiras, paradas de Ônibus, etc para que o privado se responsabilize pela instalação e manutenção desses equipamentos e seja justamente remunerado por isso. Exemplos como esse podem ser usados em equipamentos comerciais de parques e praças, na futura exploração dos espaços comerciais das estações dos BRTs e em diversas outras situações.

Maurício Dziedricki

Coronel Bonete

Coligação Novas Ideias